

Jornalistas e problemas públicos

Introdução

FRANCE AUBIN

*Département de lettres et de communication sociale
Université du Québec à Trois-Rivières
Canada
France.Aubin@uqtr.ca*

ERIK NEVEU

*Arènes
Université de Rennes 1
França
erik.neveu@sciencespo-rennes.fr*

PAULA DE SOUZA PAES

*Programa de Pós-graduação em Jornalismo
Universidade Federal da Paraíba
Brasil
paulasouzapaes@gmail.com*



Este número nasce da constatação de uma crescente visibilidade de questões envolvendo a construção de problemas públicos. Simplificando um pouco, ela pode ser explicada por três dinâmicas.

A primeira se refere ao lugar inédito ocupado por questões até então reprimidas ou modestamente visíveis, que pode ser ilustrado pela maneira como o movimento #metoo e vários livros publicados por vítimas de abuso sexual (Springora, 2020; Abitbol, 2021; Kouchner, 2021) debateram a questão do consentimento sexual na França. Muitos casos de assédio sexual no Brasil trazidos à tona por diversas investigações midiáticas e pressões sociais (resultando em demissões e prisão dos culpados) ilustram também essa dinâmica. No Quebec, os cinco anos do #moiAussi (Pineda, 2022) permitiram uma revisão – mitigada – das consequências do problema, especialmente no setor das indústrias culturais. Podemos citar também situações cotidianas de racismo que, ao ecoar o movimento “black lives matter”, conseguiram disputar a atenção das mídias brasileiras. Também no Quebec, a discriminação racial e a brutalidade policial contra populações racializadas (incluindo mulheres indígenas e homens negros) e, mais recentemente, os vieses de seleção operados pelas autoridades de imigração canadenses contra cidadãos africanos francófonos foram trazidos ao conhecimento público por jornalistas que atuam no serviço público de radiodifusão¹. A di-

**Pour citer cet article, to quote this article,
para citar este artigo :**

France Aubin, Erik Neveu, Paula de Souza Paes,
« Journalistas e construção midiática dos problemas
públicos », *Sur le journalisme, About journalism,
Sobre jornalismo* [En ligne, online], Vol 11, n°2 - 2022,
15 décembre - december 15 - 15 de dezembro.
URL : <https://doi.org/10.25200/SLJ.v11.n2.2022.496>



vulgarização nas redes sociais e nas mídias da agonia de Joyce Echaquan, de origem Atikamekw, que se filmou - e transmitiu ao vivo pelo Facebook - sendo insultada pela equipe de enfermagem de um hospital no Quebec, obrigou as autoridades médicas a tomar uma série de medidas², mas, sobretudo, levou o primeiro-ministro do Canadá, Justin Trudeau, a reconhecer a existência do racismo sistêmico. Podemos pensar também na visibilidade e na crescente intensidade dos debates sobre o aquecimento global, sobre as pandemias, sobre a hipótese - há pouco tempo impensável - da escassez de bens de primeira necessidade.

Como muitas dessas questões se referem a dados científicos e a diversas formas de expertise, uma segunda dinâmica se refere ao lugar ocupado cada vez mais por estudiosos e especialistas como denunciadores (“whistleblowers”). O trabalho do GIEC (sigla em francês para Grupo Intergovernamental de Especialistas em Mudanças Climáticas) é um exemplo pertinente. Mas também o são os pesquisadores - muitas vezes apoiados por movimentos sociais - que colocam em pauta a questão dos riscos ligados ao uso pouco controlado de uma série de moléculas resultantes da inventividade das indústrias químicas (Boullier, 2019) e aos efeitos dos pesticidas na saúde pública. No Quebec, a mediação do caso Robert - nome do agrônomo a serviço do Ministério da Agricultura que foi demitido após denunciar a interferência dos lobbies de pesticidas e fertilizantes no centro de pesquisa encarregado de orientar seu uso - não só levou à criação de uma comissão parlamentar sobre pesticidas em 2019³, mas também à adoção de um código de ética e deontologia pela Ordem dos Agrônomos do Quebec e à revisão da lei sobre a proteção dos denunciadores.

O que torna a crescente visibilidade dessas questões ainda mais significativa para o escopo desta revista é que a terceira dinâmica está ligada a diversas expressões de um trabalho jornalístico que valoriza a investigação de longa duração (Melo, 2020), a expertise crítica (Horel, 2015) e, por vezes, a cooperação direta com cientistas que, sendo fontes habituais dos jornalistas - e variando conforme o tema e editoria -, podem legitimar os discursos dos “invisíveis” ou invisibilizados sobre as suas condições de vida (Thiéblemont-Dollet, 2003). Grupos internacionais de jornalistas investigativos tornaram público, a partir da exploração de *big data*, a forma como multinacionais e bilionários escapam de suas obrigações fiscais. Na *Bretagne Splann!* (<https://splann.org/>), mídia investigativa financiada por internautas, desenvolveu-se um jornalismo de dados que faz mapeamentos precisos da intensidade das poluições causadas pela agricultura industrial.

Esses jornalistas que apontam problemas são também os que fazem investigações imersivas que relatam, por meio de um registro etnográfico, a realidade do

trabalho em matadouros franceses (Le Guilcher, 2017) ou estado-unidenses (Schlosser, 2001) e em áreas de produção agrícola intensiva (Conover, 1987; Mallet, 2017). No Quebec, jornalistas do serviço público cederam a palavra a médicos que testemunham casos excepcionalmente elevados de câncer que, segundo eles, estão associados à produção de empresas mineradoras, fomentando no espaço público um debate entre empregadores, empregados, sindicatos, representantes da administração local e governo sobre o questionamento de diversos processos e sobre a necessidade de pôr fim às flexibilizações consentidas pelo Estado do Quebec ao longo dos anos⁴. Os jornalistas têm chamado a atenção do público para os efeitos desses modos de produção na saúde dos empregados e consumidores, no meio ambiente e na produção de desigualdades. Embora possa parecer menos criativo, o trabalho comum de mediação e amplificação dos jornalistas não é menos importante. Basta pensar que, sem o fluxo regular de entrevistas, investigações e matérias em uma parte significativa das mídias, as questões relativas ao consentimento e assédio sexual nunca teriam tido o eco que tiveram.

Mas o termo “problemas públicos” empregado aqui desde o início é tão transparente assim? E invocar sua “construção” não é um artifício de linguagem ou um rótulo inútil de radicalismo epistemológico? Sob o risco de renunciar ao prestígio das posições heréticas, deve ser possível ser mais consensual. Na variedade quase infinita de “fatos” ou objetos de discussão que podem existir numa sociedade, nem todos alcançam de forma idêntica o *status* de informação e de debate social que se tornam “manchete” de programas de televisão, revistas e jornais diários. Nem a erosão de áreas do litoral, nem a presença de resíduos de glifosato em produtos alimentícios ou na água da torneira, nem o custo dos combustíveis são ventríloquos. Esses fatos podem gerar danos, problemas e raiva. Mas eles só ganham visibilidade pública e se tornam objeto de debate, ou até mesmo políticas públicas, se fizerem com que atores engajados em uma causa (militantes, jornalistas, acadêmicos, políticos) os abordem e os impulsionem para o espaço público.

Muitas pessoas envolvidas com sua atividade profissional, ou então por cuidarem de idosos em casas de repouso, perceberam que nem tudo são flores nestas instituições. Mas foi preciso uma sensibilidade inédita que surgiu durante os meses de confinamento devido à Covid-19 e, sobretudo, a denúncia bem argumentada de abusos e maus-tratos por um livro de jornalismo investigativo (Castanet, 2022) para que um fato social se tornasse objeto de atenção midiática na França e, logo em seguida, um escândalo fosse alvo de uma investigação parlamentar. O fato de adolescentes usarem na escola “*crop tops*” mostrando o umbigo, bandanas ou saias muito longas poderia significar apenas moda

e capricho de adolescentes se um Ministro da Educação Nacional⁵ não tivesse alertado sobre o lado “não republicano” desses tops muito curtos, e se seu sucessor não tivesse inventado a categoria singular de “signos religiosos pelo uso”⁶, tornando a utilização muito frequente da bandana o indicador de um zelo islâmico dissimulado, ou quem sabe, no futuro, de tropismos islâmicos.

Trabalhar com os problemas públicos não é focar, portanto, nos objetos encontrados, nos documentos “já disponíveis”, identificáveis imediatamente por qualquer ser dotado de razão e boa vontade. É observar um trabalho específico que consegue “capturá-los”, que eleva certas relações sociais ou produtos ao status de problema em meio a um imenso número de produções, situações e interações que poderiam ser consideradas revoltantes, chocantes ou no mínimo discutíveis. Trata-se de um dos mais poderosos eixos unificadores de uma imensa e rica literatura científica, em grande parte nascida nos EUA, e que está associada às contribuições de Gusfield (1963), Spector e Kitsuse (1977), Best (2008) e da revista *Social Problems*. Uma forma prática e didática de explicar esse “trabalho” dos problemas públicos poderia ser decompô-lo em cinco operações que não necessariamente se sucedem cronologicamente (Neveu, 2020). Identifica-se um problema, quando um ator engajado em uma causa define uma situação como problemática, que exige discussão e ação reparadora ou preventiva. O problema é “enquadrado”, ou seja, define-se seus limites e desafios, condensando-o em uma narrativa que combina diagnóstico dos males, identificação das origens, e talvez dos culpados, e formulação das medidas a serem tomadas. Justifica-se o problema, ou seja, argumenta-se sobre a particularidade de sua gravidade e importância, pois qualquer situação definida como problemática é confrontada com o jogo do que se pode chamar de “competição de vítimas”. Falta ainda popularizá-lo... torná-lo, portanto, conhecido e visível, dando-lhe acesso ao espaço público do qual os meios de comunicação são uma peça fundamental. Finalmente, se todas ou parte dessas operações forem realizadas sem interrupção, o problema terá alguma chance de se tornar uma política pública, de receber algum tipo de resposta por meio de orçamentos, regulamentos e a instituição de um corpo de agentes.

Sem nos aprofundarmos na explicação dessas operações, gostaríamos de destacar duas dimensões. A primeira é o reconhecimento de que os jornalistas e as mídias estão intimamente ligados à questão dos problemas públicos. Eles o são porque a defesa da liberdade de informação é em si um problema público recorrente, tal como a proteção das fontes jornalísticas e, mais recentemente, a proteção dos jornalistas contra acusações abusivas ou contra discursos violentos e misóginos inéditos no atual período democrático.

Um segundo ponto a destacar – que também está, como veremos, na origem de uma dificuldade prática para nós – diz respeito à enorme área disciplinar do campo de análise dos problemas públicos. Idealmente, essa dimensão envolveria a mobilização de uma sociologia do jornalismo e da mídia, uma sociologia dos movimentos sociais que, muitas vezes, são os campeões de tal e tal problema e, mais amplamente, de uma sociologia dos intelectuais e das intervenções no espaço público (Eyal & Bucholz, 2010) e, portanto, de suas instituições. Fazer uma sociologia dos problemas públicos significa ainda se preocupar um pouco com o funcionamento e os instrumentos das políticas públicas: onde e como se decidem os orçamentos e as regulamentações? Podemos praticar o “*venue-shopping*” que consiste em procurar o local de decisão que será mais aberto (Bruxelas e não Paris ou Madrid, a comissão do meio ambiente da Câmara dos Deputados e não a da agricultura)? A lista poderia ir ainda mais longe: o trabalho, muitas vezes menos visível, mas essencial, de grupos de pressão, o papel de organizações internacionais, os fenômenos de transnacionalização pelos quais os fatos sociais promovem problemas, os fóruns de discussão, as categorias interpretativas⁷ dos lugares de tomada de decisão se estabelecem em uma dimensão supranacional.

Segundo a famosa fórmula de Bachelard, de que “*o real nunca é o que se poderia acreditar, mas é sempre o que se deveria ter pensado*”, acreditávamos, não que a literatura de “*social problems*/problemas públicos” fosse familiar e assiduamente frequentada por toda a comunidade de pesquisadores da mídia e do jornalismo, mas ao menos que ela tendesse a se inscrever numa espécie de cultura científica geral, mesmo que na forma emergente de algumas palavras-chave e autores identificados e mobilizados. Deveríamos ter pensado de forma mais realista sobre o poder persistente das fronteiras acadêmicas. Então, teríamos ficado menos surpresos – por vezes, admitamos, desapontados – ao receber poucas propostas que mobilizassem claramente a terminologia da sociologia dos problemas públicos e o conjunto de operações que ela procura integrar. A chamada parece ter sido interpretada, por uma parte não marginal dos que responderam, como um convite a pesquisas inseridas na tradição da “análise de conteúdo”, sobre a forma como este ou aquele segmento das mídias cobriu (ou não) uma questão social marcante. Os estudos com foco no conteúdo, ou associando-o a “enquadramentos”, são certamente interessantes e frutíferos, mas a sociologia política dos problemas públicos vai além do conteúdo e está interessada nas condições em que ele é produzido e em seus impactos. O sentido de um texto ou de uma mensagem midiática não pode se esgotar no seu conteúdo e na sua retórica: deve-se sobretudo procurar relacioná-lo a um espaço e a uma temporalidade de produção, aos usos e modos de recepção (Bourdieu, 1982). Ater-se ao texto, nada

mais que o texto, mesmo com as ferramentas mais sofisticadas, significa munir-se de uma rede cujas malhas deixam passar peixes grandes, muito grandes: as táticas e atividades das fontes, a organização do trabalho nas redações, o desvio de práticas formais e sua relação com as autoridades sociais, a natureza dos enquadramentos que não são empregados ou são inadmissíveis, as reações das audiências e públicos e o possível impacto das narrativas nas políticas públicas. Colocando isso nos termos da sociologia dos problemas públicos, algumas propostas refletiram apenas parcialmente a operação que consiste no enquadramento de um problema, sem abordar os atores engajados em uma causa, enquanto outras buscavam legitimar ou a causa ou o status desses atores sem buscar situar seu objeto em uma abordagem que apreenda minimamente o conteúdo e suas condições de produção. Com isso, a construção - ou o trabalho - do problema público permaneceu invisível.

O que concluir dessa distância entre uma chamada e suas respostas? Que não avaliamos bem a disseminação efetiva da sociologia dos problemas públicos que, embora receba, atualmente, um eco crescente fora do mundo anglófono, não pertence necessariamente a um campo intelectual amplamente compartilhado. A observação equivale também à constatação do poder persistente das fronteiras e lacunas disciplinares. Ninguém pode razoavelmente esperar que, em um contexto de fragmentação das ciências sociais em subdisciplinas e incontinência editorial⁸, todo pesquisador domine uma ampla gama de disciplinas. Mas é claro que, embora tenha perdido grande parte de suas dimensões de desconfiança e até de hostilidade, a grande divisão entre um polo literário-humanidades, centrado nas ciências do texto, e um polo das ciências sociais, cujo centro de gravidade está mais próximo da sociologia e da história, sem dúvida alguma persiste e resiste. Se essa divisão não surpreende face à lógica institucional dos mundos acadêmicos - conseguimos emprego e somos reconhecidos, primeiramente, por uma disciplina, equipada de postos de fronteira e alfândegas -, a persistência desta oposição é deplorável cientificamente. Ela leva a agir “como se” dois corpos de conhecimento pudessem ser estabelecidos sem muito contato mútuo: de um lado uma ciência de mensagens e narrativas onde o sentido das palavras estaria nas palavras, de outro uma ou mais ciências que dariam conta do modo de produção dessas mensagens, de sua recepção e efeitos sociais sem se preocupar muito com a materialidade textual, pensada como uma caixa preta ou um campo de jogo para os literatos. O que, de certa forma, não saiu conforme o esperado deve ser lido também como um encorajamento, pois um dos objetivos desta revista é justamente construir pontes e conexões entre essas duas epistemes, essas duas abordagens da atividade jornalística. Sem dúvida, é preciso relativizar essa oposição observando - e são essas as

contribuições que alimentaram esta edição - que, sem sermos especialistas na teoria da construção dos problemas públicos, podemos na prática combinar alguns de seus questionamentos tendo como ponto de partida uma abordagem de conteúdos que se pretende transbordar, “sociologizar”. É o que Sandra Nodari delinea, partindo dos modos de cobertura do Dia Internacional da Mulher pela televisão brasileira e portuguesa indo na direção da identificação de fontes e interlocutoras visíveis. É também o que fazem Marta Maia e Dayane Barretos, que partem de uma reflexão sobre os gêneros jornalísticos (o testemunho) para chegar às questões sobre sua recepção, seu poder de abrir caminho para uma generalização. Podemos notar, evidentemente, que são pesquisadoras feministas e que, portanto, já estão acostumadas tanto com a interdisciplinaridade quanto com a ruptura epistemológica. Esta última, combinada com a sensibilidade à injustiça epistêmica via *standpoint theory*, favorece a perspectiva sociológica... já que, como todos agora sabem, o privado é político.

Os textos de Nolwenn Salmon e de Baptiste Schummer exploram a tensão entre componentes-chave da identidade e respeitabilidade jornalística e o que seria uma postura engajada, *a fortiori*, militante. Embora os contextos políticos sejam diferentes (China para uns, França para outros), ambos abordam jornalistas especialistas em meio ambiente. Por razões relacionadas com o risco de repressão, mas também com a vontade de se conformar a um ideal de profissionalismo (Zhuaneyehua), cuja matriz estaria no jornalismo americano, os jovens jornalistas chineses que debatem questões ambientais não querem ser percebidos como engajados ou militantes, o que paradoxalmente contribui para mantê-los em uma prática reflexiva e, portanto, crítica e comprometida com os discursos oficiais, como Salmon claramente mostra. Do lado francês, Schummer expõe a sucessão de enquadramentos que levaram à construção do glifosato como um problema público ao ilustrar uma série de guerras travadas paralelamente (ideológicas, culturais...) entre os jornalistas que questionam os perigos do glifosato e aqueles que enfatizam sua inocuidade. Devemos lembrar o que Padioleau (1976) havia teorizado como a retórica da expertise crítica. Ela combina um rigoroso trabalho investigativo, uma abordagem objetivante atenta a números e dados e um conhecimento aprofundado do universo social que o jornalista cobre, envolvendo tanto procedimentos de coleta de informação como estratégias de ação baseadas em representações profissionais. Ela permite, então, a afirmação de pontos de vista cujo fundamento não é *a priori* ideológico ou a adesão a um grupo, mas a força da investigação de campo. Essa é, em muitos aspectos, a postura de jornalistas que, na França, destacam os perigos de pesticidas ou moléculas químicas colocados precipitadamente em circulação. Acusados por outros jornalistas de

serem ativistas, estes profissionais são simplesmente não-deferentes, preocupados em ir além do que diz uma ciência “reguladora”, bastante apartada dos lugares onde o conhecimento avança (Demortain, 2013), onde uma paleta mais ampla e exigente de investigações e experiências permite conhecer melhor todos os efeitos de um tóxico. Se eles parecem tomar partido agindo como denunciadores, não seria porque uma das funções da objetividade talvez seja a de escolher o lado certo diante dos fatos? Seria possível argumentar também que uma das funções da expertise crítica seja justamente tomar partido diante dos diferentes modos de interação nas ruas (já que as situações são plurais, caracterizadas pelo imediatismo, intensidade dos acontecimentos, sensibilidade dos assuntos, envolvimento pessoal...), consolidando, assim, a competência profissional dos jornalistas? Ao tratar da forma como as mídias cobrem as notícias, William Gamson (1992) enfatizou a potência de um duplo viés estrutural que inibe a expressão jornalística. Exceto nos casos pouco frequentes de situações que suscitam desaprovação quase universal, dificilmente os jornalistas podem utilizar “enquadramentos de injustiça”, ou seja, narrativas que colocam situações como inaceitáveis ou iníquas a partir de uma visão explícita do justo e do injusto. Também não podem facilmente empregar “enquadramentos de ação”, isto é, narrativas que descrevem as relações sociais que podem ou devem ser modificadas pela ação coletiva. Questionado sobre certas posturas consideradas mais políticas do que sociológicas, Bourdieu ironizou o medo dos universitários de ter suas impecáveis “pequenas respeitabilidades” manchadas e desonradas, enfatizando, ao contrário, o “dever de intervenção” daquele que sabe de coisas que podem causar dano ou sofrimento para seus contemporâneos, ou que podem evitá-los pela ação coletiva. Devemos estender esse dever ao jornalismo? É o que alguns grandes jornais diários vêm oferecendo há algum tempo no que diz respeito à cobertura ambiental, invocando, como *The Guardian* em 2019 (*Guardian Climate pledge*), a necessidade de levantar fatos e causas sobre certas questões e assumir o papel de profissionais comprometidos com uma causa.

Cada leitor vai se apropriar dos artigos desta edição de acordo com seus interesses, curiosidades e afinidades teóricas. É, portanto, sem a pretensão de esgotar os modos de leitura que destacaremos dois conjuntos de conexões entre as contribuições.

A primeira conexão corresponde a um dos eixos de nossa chamada de trabalhos. Sim, os jornalistas podem ser promotores de problemas públicos. Os textos de Sandra Nodari e Marta Maia e Dayane Barretos abordam o jornalismo - de maneira indireta para Nodari, pela margem alternativa para Maia e Barretos -, compartilhando um interesse pela identificação e legitimação dos que são engajados em uma causa, a saber as

mulheres, e seu papel essencial na identificação subsequente do problema.

Nodari mostra claramente que a ausência de fontes femininas no noticiário televisivo brasileiro é acompanhada pela invisibilidade do problema da condição feminina - e suas derivações interseccionais - em comparação com o noticiário televisivo português, que dá voz a fontes/pessoas engajadas nos problemas de seu país, reconhecendo, assim, a existência de problemas ligados à condição feminina (violência, desigualdade, etc.). No texto, ela deixa bem claro o quanto as relações mantidas pelos jornalistas com suas fontes são decisivas para a elaboração de um “problema público”. A questão da invisibilização das vozes femininas é plural: impede que elas sejam colocadas em diálogo com outras mulheres, sobretudo numa data “especial” (8 de março); impede também a possibilidade que elas teriam de reformular ou questionar certos enquadramentos midiáticos, em situações em que podem se apresentar como “especialistas” em um tema ligado a um problema vivenciado por mulheres ou, ainda, quando podem materializar o “problema” a partir das situações vivenciadas.

Para além de uma escolha “inócua”, ao fazer seus interlocutores falarem, o jornalista os envolve em um “enquadramento”, demonstrando que sua relação de interdependência com as fontes é estrutural⁹. Assim, o texto é ainda mais relevante para este dossiê ao permitir pensar a produção midiática como uma construção coletiva e indica, portanto, que também é possível pensar em (eventuais) desvios do enquadramento do “problema”, principalmente porque podemos observar atualmente uma “sofisticação” do discurso feminista militante.

O texto de Maia e Barretos enfatiza o caráter sistêmico da violência contra a mulher no Brasil, integrando em sua própria problematização uma generalização que deve ser situada na grande batalha de ideias iniciada desde o fim do velho mundo bipolar, mas situada também no contexto colonial. O texto trata do testemunho, que dá corpo a situações, trajetórias e experiências de violência que saem do vago ou do abstrato, nos fazendo até imaginar rostos machucados. O exercício não é simples, ele deve evitar o *pathos* como uma forma de singularizar ou estigmatizar irredutivelmente a situação de vida relatada. Mas pode-se aplicar o que Christophe Traini (2009) chama de dispositivo de sensibilização: uma ferramenta de mobilização de emoções que leva em direção ao racional, contribui para a passagem do caso que choca para a inteligência das relações sociais que ele condensa. Para além do gênero jornalístico, podemos entender também o testemunho como a atualização - e a luta pelo reconhecimento - da experiência como fonte de conhecimento científico para a pesquisa feminista no meio acadêmi-

co, uma luta epistêmica em curso há vários anos. O que a contribuição de Maia e Barretos ilustra é um registro mais militante, mais ligado a mídias que poderiam ser qualificadas como alternativas (por exemplo, Amazônia Real, Agência Eco Nordeste, Portal Catarinas e Revista AzMina), focando na veiculação de iniciativas ou tragédias da sociedade civil. A dimensão militante da ação é aqui mais explicitamente reivindicada, a vontade de mobilizar um grande público mais afirmada e as estratégias retóricas são adaptadas a este objetivo: a pluralidade de fontes, o testemunho apresenta diferentes atores mobilizados por uma causa; os dados oficiais não são centrais nas narrativas; há destaque para as diferentes relações de poder presentes na vida das mulheres, como aquelas relacionadas às condições de pobreza ou mesmo à religiosidade.

As contribuições deste número são também um convite para retomar a questão das estratégias de escrita, seu poder de jogar com o cursor do engajamento-distanciamento, que corresponde à segunda conexão entre os textos. O artigo de Marta Maia e Dayane Barretos sobre o poder do testemunho, como um recurso que pode permitir a tomada de consciência por meio da liberação de vozes, é uma poderosa ilustração disso. Como se o testemunho, posto em narrativa jornalística, configurasse/conformasse o jornalismo em um registro ao mesmo tempo inédito, porque distante do registro “hegemônico”, e ético, porque comprometido com a busca pela complexidade e contradições das experiências humanas, vividas de forma plural pelas mulheres, não permitindo estabelecer uma única “verdade”. O trabalho de um conjunto de mídias (mencionadas acima) que busca cobrir geograficamente um “problema público” reforça esse argumento.

Nodari nos convida a questionar a indissociabilidade do vínculo entre as práticas investigativas, a adoção de determinadas fontes e o acontecimento tal como foi configurado pela cobertura jornalística (Silva et

al., 2020). Se a objetividade jornalística é entendida como uma prática de distanciamento, dando a impressão de blindar o jornalista do engajamento militante, ela pode, por outro lado, embarcar o jornalista numa prática de escrita baseada em resumos factuais, reprodução de declarações oficiais, menos atenta ou mais resistente em assumir seu lugar de protagonista contestador de todo o espectro das causas públicas que afetam a sociedade. Isso pode ocorrer principalmente com o avanço de um “jornalismo sentado”, que trabalha sobretudo com computador e celular e frequenta bem menos as ruas.

Mas a postura dos defensores de uma causa não é a postura adotada pelos jornalistas chineses que Nolwenn Salmon nos apresenta e que vão trazer à tona toda uma série de problemas e escândalos de danos ambientais em seu país? Isso não vale também para os jornalistas franceses estudados por Baptiste Schummer que alertam sobre os perigos do glifosato? Se, nas palavras de Albert Londres, esses jornalistas colocam “a pena na ferida”, eles relutariam, no entanto, em reivindicar o título de militantes de uma causa.

Para terminar com um convite, vale defender o uso da sociologia dos problemas públicos, mas não para o pesquisador se inscrever em uma disciplina que não é a sua e o afastar de outros saberes. É que, mesmo quando somente abordada e não aprofundada, ela oferece ferramentas de conexão disciplinares de raro interesse, entre análise “interna” de discursos e narrativas e elucidação das lógicas sociais “externas” que os moldam, evitando ao mesmo tempo a cegueira e a ignorância nascidas do confinamento nesta ou naquela disciplina do polo das ciências sociais.

Tradução: Paula Paes

NOTAS

¹. Romain Shué (2021). Disponível em: <https://ici.radio-canada.ca/nouvelle/1843320/immigration-refus-etudiants-africains-franco-phones-trudeau-discrimination>

². Catherine Lévesque (2020). Disponível em: <https://www.lapresse.ca/actualites/politique/2020-09-30/mort-de-joyce-echiquan/la-pire-forme-de-racisme-denonce-trudeau.php>

³. Patrice Bergeron (2019). Disponível em: <https://lactualite.com/actualites/pesticides-la-commission-parlementaire-est-sur-les-rails/>

⁴. Jean-Marc Belzile (2022). Disponível em: <https://ici.radio-canada.ca/nouvelle/1885025/cancer-arsenic-nickel-abitibi>

⁵. Jean-Michel Blanquer, entrevista à rádio RTL, 21 de setembro de 2020.

⁶. Pap Ndiaye, entrevista ao jornal *Le Monde*, 14 de outubro de 2022, p12.

⁷. Um exemplo é a categoria « sex-worker », que destitui a personagem estigmatizada da « prostituta », e passa de Nova York para Paris via Montreal (Simonin, 2016).

⁸. Em 2021, as duas principais revistas acadêmicas de língua inglesa inteiramente dedicadas ao jornalismo haviam publicado, respectivamente, 2.892 páginas de artigos em onze números (*Journalism*) e 1.449 páginas em doze números (*Journalism Studies*), o que significa dizer que ler o essencial do que os membros da sua subespecialidade acadêmica escrevem é um trabalho em tempo integral, o que não facilita em nada a abertura disciplinar.

⁹. Ringoot Roselyne, Ruellan Denis, (2014). « Pairs, sources et publics du journalisme », dans : Olivesi S. (dir.), *Sciences de l'information et de la communication. Objets, savoirs, discipline*, Grenoble, PUG.

REFERÊNCIAS

- Abitbol S., 2021, *Un si long silence*, Paris : Harper et Collins.
- Bardin L., 1977, *L'analyse de contenu*, Paris : PUF.
- Best J., 2008, *Social Problems*, Norton: New York.
- Bonnafeux S., 1991, *L'immigration prise aux mots*, Paris: Kimé.
- Boullier H., 2019, *Toxiques légaux. Comment les firmes chimiques ont mis la main sur le contrôle de leurs produits*, Paris : La découverte.
- Bourdieu P., 1982, *Ce que parler veut dire*, Paris : Fayard
- Castanet V., 2022, *Les fossoyeurs*, Paris : Fayard.
- Conover T., 1987, *Coyotes*, New York : Vintage.
- Delli Carpini M & Williams B., 2011, *After Broadcast News: Media Regimes, Democracy and the New Information Environment*, Cambridge : Cambridge University Press.
- Demortain D., 2013, 'L'étude Séralini et ce qu'elle nous apprend de la toxicologie réglementaire', *Nature Sciences Société*, n°21, pp. 84-87.
- Eyal G & Buchholz L., 2010, 'From the Sociology of Intellectuals to the Sociology of Interventions', *Annual Review of Sociology*, Vol 36, pp. 117-137.
- Gamson W & Modigliani A., 1989, 'Media Discourse and Public Opinion on Nuclear Power: A Constructionist Approach'. *American Journal of Sociology*, Vol 95, 1-37.
- Gamson W., 1992, *Talking Politics*, Cambridge : Cambridge University Press.
- Gusfield J., 1963, *Symbolic Crusades. Status Politics and the American Temperance Movement*. Chicago : University of Illinois Press.
- Horel S., 2015, *Intoxication. Perturbateurs endocriniens, lobbyistes et eurocrates : une bataille d'influence contre la santé*, Paris : La découverte.
- Kouchner C., 2021, *La Familia grande*, Paris : Seuil.
- Le Guilcher G., 2017, *Steack machine*, Paris : Goutte d'or.
- Mallet J-B., 2017, *L'Empire de l'or rouge : Enquête mondiale sur la tomate d'industrie*, Paris : Fayard.
- Melo, Patrícia Campos. *Máquina do ódio. Notas de uma repórter sobre fake news e violência digital*. Companhia das Letras, 2020.
- Neveu E., 2022. *Sociologie politique des problèmes publics*, Paris : Armand Colin.
- Padiou J-G. 1976, 'Systèmes d'interaction et rhétoriques journalistiques', *Sociologie du travail*, 1976, pp.256-282.
- Pineda, A. 2022. *Que reste-t-il de #MoiAussi ? Somme Toute / Le Devoir*.
- Springora V., 2020, *Le consentement*, Paris : Grasset.
- Schlosser E., 2001, *Fast-Food Nation*, New York : Houghton-Mifflin.
- Silva, G.; Silva, T; Bertasso, D.; Silva, V. N.; Gustafson, J.; Azevedo, D. Análise da apuração jornalística da posse de Jair Bolsonaro. *Novos Olhares*, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 7-20, 2020. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-7714.no.2020.172488>.
- Simonin D., 2016, *Le 'travail du sexe' : genèses et usages d'une catégorie politique*, Thèse ENS Lyon.
- Spector M & Kituse J., 1977, *Constructing Social problems*, New York : de Gruyter.
- Thiéblemont-Dollet Sylvie, « Témoignages de femmes immigrées et construction d'un problème public », *Questions de communication*, n° 4, p. 107-126, 2003.
- Traïni C., 2009, *Émotions ...Mobilisation !*, Paris : Presses de Science-Po.

